

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP mais uma situação de limitação de actividade sindical numa empresa, com a perseguição a dirigentes e a delegados sindicais.

No Centro de Contactos da Concentrix (Braga), que presta serviço a multinacionais como a Apple com trabalhadores subcontratados através da Randstad, a actividade sindical tem vindo a ser reprimida, os delegados e dirigentes impedidos de entrar na empresa e alvos de processos disciplinares, suspensões e mesmo despedimento.

Neste momento dois dirigentes sindicais foram alvo de processos disciplinares, tendo um deles visto o seu despedimento concretizado, e outros dois estão suspensos da empresa, sem terem sequer sido alvo de qualquer processo disciplinar.

A empresa, com um longo historial de repressão sobre os trabalhadores, nomeadamente aqueles que não desistem de afirmar e defender os seus direitos, convive muito mal com a actividade sindical e tem vindo a alegar falsos motivos para impedir a entrada dos sindicatos e ativistas sindicais na mesma, ao mesmo tempo que tudo faz para afastar estes trabalhadores do seu local de trabalho.

É caso para perguntar “de que têm medo a Randstad e a Concentrix!?”

Será da denúncia do facto de que muitos destes trabalhadores trabalham há vários anos, alguns há mais de 10, para estas empresas e continuam em situação de precariedade, sempre subcontratados, com salários baixíssimos, alvo de enorme pressão e sem qualquer perspectiva de progressão e futuro?

Não é demais reforçar que estamos a falar de multinacionais com milhões e milhões de euros de lucros obtidos à custa do trabalho destes trabalhadores.

O PCP considera inaceitável que estas empresas tratem os trabalhadores desta forma, ao

mesmo tempo que não assumem qualquer responsabilidade sobre eles, tratando-os como se fossem «material descartável», quando de facto contribuem com o seu trabalho para o seu normal funcionamento e para os seus significativos lucros. Trata-se neste caso de uma relação entre o trabalhador e três empresas, numa completa desregulação da relação de trabalho! Uma empresa (a Concentrix) que presta o serviço à Apple (e outras) e que utiliza ainda uma terceira empresa para contratar o trabalhador, neste caso a Randstad.

O recurso à prestação de serviços para a garantia de necessidades permanentes representa um recurso ilegal à precariedade com o objectivo de impor aos trabalhadores subcontratados menos direitos e salários muito mais baixos.

O PCP considera inaceitável a situação de violação, desrespeito e incumprimento dos direitos fundamentais destes trabalhadores. O direito à organização e actividade sindical é um direito constitucional que não pode ser limitado nem posto em causa através de posturas e actos de repressão.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicitamos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Esta empresa foi nos últimos anos alvo de ação inspetiva da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)? Se sim, quantas e quais as conclusões das ações inspetivas?
3. Que medidas vai tomar o Governo para assegurar o cumprimento dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente o direito à actividade e organização sindical, previsto na Constituição da República e no Código do Trabalho?
4. Como se justifica o recurso à precariedade com utilização de várias empresas, entre subcontratações, para garantir a ocupação de postos de trabalho que são permanentes?"

Palácio de São Bento, 17 de janeiro de 2020

Deputado(a)s

DIANA FERREIRA(PCP)